

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013**

**MENSAGEM DA DIRETORIA:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires** apresenta a seguir, o **Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas** preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

**PERFIL DA EMPRESA:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia"), constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. O aproveitamento Hidrelétrico Teles Pires, empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, foi arrematado no leilão de concessão de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente. No evento de dezembro o Consórcio Teles Pires Energia Eficiente saiu vencedor do leilão de concessão para implementação da Usina Teles Pires, com uma proposta de deságio de 33% em relação à tarifa-teto. Depois do leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. Sociedade de Propósito Específico (SPE), uma sociedade anônima de capital fechado, responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, que tem como acionistas as empresas Neoenergia (50,1%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%). Em junho de 2011 foi assinado o contrato de concessão da UHE Teles Pires. A Usina Hidrelétrica Teles Pires está sendo construída no Rio Teles Pires, aflente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT). A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts. O empreendimento se localiza no Rio Teles Pires, distante 330 km da junção com o Rio Juruena, ponto onde se forma o Rio Tapajós. O barramento está localizado na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará, compreendendo os municípios de Paranaíta –MT e Jacareacanga – PA. O empreendimento está a 945 quilômetros de Cuiabá, por via terrestre, e 85 quilômetros de Paranaíta, a cidade mais próxima. Toda energia gerada pela UHE Teles Pires seguirá por uma linha de transmissão de uso restrito, de 7,5 km, que se conectará na SE Coleteira Norte. A conexão ao Sistema Interligação Nacional – SIN, será através de uma linha de transmissão de 500 KV, que terá seu ponto de conexão ao SIN na SE Ribeirãozinho no Estado do Mato Grosso, divisa com o estado de Goiás. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do

canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA; e 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

**EVOLUÇÃO DA OBRA:** Após a liberação da Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 que foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, começaram os trabalhos de construção da UHE Teles Pires. No dia 19 de agosto 2011 foi assinado o contrato de empreitada integral Turn Key a preço global, para fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas, montagem, serviços de engenharia, obras civis e comissionamento, com o Consórcio Construtor Teles Pires – CCTP. Este consórcio é composto pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alstom, PCE e Interchou. No dia 22 de agosto de 2011 a COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES emitiu a Ordem de Serviço que autorizou o CCTP a dar início à mobilização dos recursos visando o início da construção da UHE Teles Pires. No ano de 2013, foi dado prosseguimento à construção da UHE Teles Pires, tendo sido cumpridos os Marcos Contratuais do Contrato de Concessão previstos para o ano: **Início da Construção da Casa de Força e Solicitação de Acesso para Conexão ao Sistema Interligado.** Ao final do ano de 2012, estavam em pleno funcionamento o Canteiro de Obras, com estruturas de alojamento refeitório e lazer C. Estavam alojadas na Obra 3731 pessoas. O Acesso Rodoviário foi liberado para tráfego e foram efetuadas adequações na Rodovia MT 206 para garantir a trafegabilidade no período chuvoso de 2012/2013. Foi iniciada a escavação dos três Túneis de Desvio, prosseguiram as escavações em rocha na área do Circuito Hidráulico da Subestação da Usina e foi iniciada a concretagem das Áreas de Descarga e Montagem, do Edifício de Controle, da Tomada D'água e dos Blocos de Ancoragem dos Condutos Forçados. Foi iniciada a Pré-Montagem, Pintura e Acabamento das peças componentes dos Condutos Forçados e dos Tubos de Sucção.

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires atua ativamente nas localidades onde está estabelecida, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por

meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização de diversos trabalhos culturais. Para compensar as interferências causadas pelo empreendimento foi elaborado o Projeto Básico Ambiental – PBA, onde estão sendo contemplados 44 programas nas diversas áreas; ambiental, social, apoio à infraestrutura local, saúde pública, educação e outros. No período de implantação do empreendimento (38 meses) serão gerados uma média de 4.253 empregos diretos tendo o seu pico mais chegando a cerca de 6.000 empregos diretos, sendo 40% dessa média de obra-construção na própria região (Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga). Neste ano vários marcos foram alcançados na área socioambiental, demonstrando que os programas ambientais estão sendo gerados dentro de um rigoroso acompanhamento dos cronogramas, onde podemos relacionar os seguintes itens de grande relevância e importância para o empreendimento: 1 - Consolidação do escritório da CHTP em Paranaíta que em consequência acelerou o desenvolvimento e acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental do empreendimento; 2 - Renovação do Alvará de Condição Sanitária (ATCS) perante o Ministério da Saúde; PBA-29 e 30; 3 - Obtenção da Autorização da Supressão da Vegetação (ASV) parcial da área I perante o IBAMA; PBA-03; 4 - Emissão dos relatórios semestrais e realizados dos workshops com o IBAMA sem notificação; PBA-01; 5 - Realizado o I Seminário dos Resultados dos Programas Ambientais da AHE-TELES PIREES para a comunidade local; PBA-41; 6 - Realizada duas auditorias da PWC sem nenhuma notificação ambiental e demonstrando a total transparência como estão sendo conduzidas a atividades de cada programa ambiental; 7 - Realizada pela JGP Consultoria auditoria baseada nos Princípios do Equador para atender aos requisitos do Banco do Brasil para liberação do financiamento para o empreendimento.

**AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 1 (um) ano.

**AGRADECIMENTOS:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federais e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Ativo	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	681.161	113.641
Títulos e valores mobiliários	5	46.653	8.572
Impostos e contribuições a recuperar	6	5.095	3.056
Despesas pagas antecipadamente		1.084	1.622
Outros ativos circulantes	10	4.075	933
		738.068	127.824
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições a recuperar	6	28.967	8.886
Depósitos judiciais	20	46.169	1.119
Imobilizado	7	2.982.266	1.448.692
Intangível	8	97.824	89.085
		3.155.226	1.547.782
<b>Total do ativo</b>		3.893.294	1.675.606

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	126.554	87.599
Impostos a contribuições a recolher		2.602	3.269
Obrigações a ressarimento	17	1.889	1.889
Outros passivos circulantes	13	8.891	437
		141.936	93.099
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos	14	1.921.986	767.976
Concessão do serviço público (Uso do bem público)	15	97.824	89.085
		2.019.810	857.061
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16	1.767.275	745.293
Prejuízos acumulados		(35.727)	(10.247)
		1.731.548	725.446
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		3.893.294	1.675.606

Em milhares de reais			
	Nota	2013	2012
Despesas gerais e administrativas	21	(14.329)	(15.300)
Prejuízo ou lucro líquido antes de impostos		(14.329)	(15.300)
Despesas financeiras		(951)	(587)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(15.880)</b>	<b>(15.887)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(15.880)</b>	<b>(15.887)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação</b>			
Ordinária		(0,0090)	(0,0090)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	385.218	(3.960)	289	381.258
Capital integralizado	750.000	(389.925)	—	360.075
Prejuízo do exercício	—	—	(15.887)	(15.887)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	1.135.218	(389.925)	(19.847)	725.446
Capital integralizado	632.057	389.925	—	1.021.982
Prejuízo do exercício	—	—	(15.880)	(15.880)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	1.767.275	—	(35.727)	1.731.548

Em milhares de reais			
	2013	2012	
<b>Resultado do exercício</b>	(15.880)	(15.887)	
Depreciação e amortização	71	71	
	(15.809)	(15.816)	
<b>(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais</b>			
Despesas pagas antecipadamente	538	493	
Impostos e contribuições a recuperar	(21.620)	(11.916)	
Depósitos judiciais	(45.050)	—	
Outros ativos	(3.142)	119	
Fornecedores	40.255	(36.701)	
Obrigações de ressarimento	92	—	
Outros passivos	7.789	(1.282)	
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(20.438)</b>	<b>(49.287)</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	(1.533.645)	(940.770)	
Títulos e valores mobiliários	(38.580)	348.935	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.572.225)</b>	<b>(591.835)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Integração de capital	1.021.982	360.075	
Emissão de títulos	1.154.010	410.381	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.175.992	770.456	
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>567.520</b>	<b>113.518</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.641	123	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	681.161	113.641	
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>567.520</b>	<b>113.518</b>	
<b>Transações que não envolvem caixa</b>			
Capitalização de juros e despesas financeiras não caixa	58.771	38.253	
Intangível - Uso do bem público (Nota 15)	6.739	16.311	
Provisão de fornecedores	161.918	81.581	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - Em milhares de reais, exceto quando mencionado**

**1. Informações gerais:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia") com sede na cidade de Paranaíta - MT, constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas do leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 7 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº 02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica. O referido Contrato de Concessão é regido pelo Código de Águas, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8521/938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019/1957, pelas Leis nº 8.987/1995, nº 9.074/1995, nº 9.427/1996, nº 9.648/1998, nº 10.849/2004, e alterações. O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Hidrelétrica Teles Pires S.A. passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA; e 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A Companhia está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos, dar-se-á a partir do início das operações. A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 35.727 e capital circulante de R\$ 596.132. A Companhia depende do suporte financeiro de seus acionistas, e aliado a isso assinou contrato de empréstimo junto ao BNDES para financiar a construção da usina (Nota 14). A administração da Companhia prevê, após a entrada em operação do empreendimento, geração de caixa suficiente para o investimento real, que em 19 de agosto de 2011, foi firmado um contrato em regime EPC ("Engineering Procurement and Construction"), no qual o Consórcio Construtor Teles Pires S.A. foi contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos do empreendimento. Administração da Companhia aprovou a emissão dessas Demonstrações Financeiras em 26 de fevereiro de 2014. **1.1. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.** A Companhia, por ter projetos aprovados da construção de infraestrutura no setor de energia, obtive a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes. A Companhia também possui a fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 17 de novembro de 2011. **1.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).** O imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está com o resultado em prejuízo nas demonstrações contábeis. **2.1. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras. **2.3. Títulos e valores mobiliários.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são títulos e valores mobiliários mantidos para negociação. **2.4. Depósitos judiciais.** Registrados os valores determinados em juízo no exercício em que os montantes estiverem depositados. **2.5. Imobilizado e intangível.** Registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo adiantamentos a fornecedores, gastos a ratear de salários e encargos do pessoal, gastos sócio-ambientais, amortizações de prêmios de seguros e juros de empréstimos, quando aplicáveis, todos diretamente relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. **2.6. Uso do bem público.** A Companhia registrou o Uso do Bem Público ("UBP") no ativo e no passivo, a valor presente, na data de assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Teles Pires. Após o registro inicial, os saldos do UBP são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo menor nível de risco, e têm como efeito alocar ao máximo os recursos em atividades de alto retorno. **2.7. Fornecedores.** As contas a pagar e a receber são classificadas em obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8. Obrigações de ressarimento.** Refere-se principalmente ao ressarimento dos custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário e de Viabilidade. **2.9. Empréstimos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é o efeito da amortização. **2.10. Resultados e provisões para contingências.** As estimativas e provisões que apresentam um risco significativo, com base em uma revisão a posteriori, são ajustadas a valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Os ativos e passivos decorrentes de uso do bem público são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação considerando as estimativas da administração. A expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resulta em uma estimativa de receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, a Companhia não aplica o CPC 1 - "Contratos de Concessão". **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes amarradas serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com base em uma revisão a posteriori, são ajustadas a valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Os ativos e passivos decorrentes de uso do bem público são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação considerando as estimativas da administração. A expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resulta em uma estimativa de receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, sendo esse o motivo de não aplicação do pronunciamento técnico CPC 01. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Descrição

Em curso	Taxa anual de depreciação %	2013	2012
Gastos a ratear (a)		326.367	86.570
Engenharia de projetos		797	45.122
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.722.912	954.441
Terenos		15.887	2.358
Máquinas e equipamentos		288.941	203.252
Veículos		1.081	1.065
Adiantamentos a fornecedores (b)		551.134	155.249
Móveis e utensílios		2.982.266	1.448.692
		2.981.788	1.448.143
		2.982.266	1.448.692

(a) Gastos atrelados à construção da usina, que serão rateados aos bens ao final da construção. (b) Reterem-se aos valores adiantados decorrente do contrato firmado com o Consórcio Construtor Teles Pires S.A.

**Movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2013:**

	2012	Depreciação	2013
Móveis e utensílios	177	—	177
Equipamentos de informática	197	—	197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	283	—	283
(-) Depreciação acumulada	(104)	(71)	(175)
	549	(71)	478

Em curso	2012	Adições	2013
Gastos a ratear	86.570	239.977	326.367
Engenharia de projetos	45.122	30.075	75.197
Edificações, obras civis e benfeitorias	954.441	768.471	1.722.912
Terenos	2.358	13.529	15.887
Máquinas e equipamentos	203.252	85.689	288.941
Veículos	1.065	16	1.081
Móveis e utensílios	86	289	375
Adiantamentos a fornecedores	155.249	395.885	551.134
	1.448.143	1.533.645	2.981.788

**8. Intangível:** Refere-se ao Uso do Bem Público (Nota 15), previsto no contrato de concessão.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Uso do bem público (Nota 15)	97.824	89.085

**9. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava saldo a pagar de R\$ 58.687 a Construtora Norberto Odebrecht, empresa ligada a Odebrecht Energia, sócia dessa Companhia, conforme demonstrado na nota 12. Conforme apresentado na nota 5, a Companhia apresentava em dezembro de 2013, aplicações financeiras composta por fundos de investimentos exclusivos, mantidos pela acionista Neoenergia S.A.

**10. Outros ativos circulantes:** O saldo refere-se aos adiantamentos a empregados e adiantamentos a fornecedores, previstos em contratos.

	2013	2012
<b>Circulante</b>		
Adiantamento a empregados	35	35
Adiantamento a fornecedores	4.040	898
	4.075	933

**11. Remuneração dos administradores:** A remuneração destinada aos diretores e conselheiros da Companhia totalizou R\$ 1.149 até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 588 em 2012).

**12. Fornecedores:** O saldo refere-se, basicamente, a serviços prestados pelo Consórcio Construtor da Usina durante o mês de dezembro de 2013.

	2013	2012
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	58.687	51.131
Voith	36.853	15.882
Alstom	19.596	14.023
Outros	13.418	6.563
	128.554	87.599

**13. Outros Passivos Circulantes:** O saldo refere-se, a salários e encargos sobre a folha de pagamentos e caução em garantia, constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos pelos fornecedores.

	2013	2012
<b>Circulante</b>		
Salários e encargos a pagar	577	387
Caução em garantia	8.314	50
	8.891	437

**14. Empréstimos:**